A APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CAMINHOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

TATIANA FERREIRA VALLE DE CARVALHO

RESUMO
Este artigo aborda aspectos centrais da aprendizagem na Educação Infantil, destacando caminhos, desafios e possibilidades desse estágio crucial do desenvolvimento. Considerando as dimensões cognitivas, afetivas e sociais da infância, busca compreender como ocorre uma aprendizagem integral e significativa. Por meio de revisão bibliográfica, analisa o papel do professor mediador, o ambiente escolar e a importância das interações sociais e do brincar. A pesquisa ressalta que a qualidade das experiências vividas pelas crianças é fundamental, requerendo um currículo que valorize o brincar, a escuta e a participação ativa. Também são destacados os desafios da formação docente, da inclusão e das mudanças sociais e tecnológicas. Conclui que práticas pedagógicas planejadas e sensíveis promovem criatividade, autonomia e desenvolvimento pleno.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; aprendizagem; desenvolvimento infantil; mediação pedagógica; ludicidade.

ABSTRACT
This article discusses key aspects of learning in Early Childhood Education, focusing on the challenges and possibilities in this essential development stage. Considering cognitive, affective, and social dimensions, it seeks to understand holistic and meaningful learning. Based on a literature review, it analyzes the teacher's role as mediator, the school environment, and the role of social interaction and play. The study highlights that learning depends on quality experiences and the need for a curriculum valuing play, listening, and active participation. It also emphasizes challenges in teacher training, inclusion, and social and technological changes. The conclusion stresses that planned, responsive pedagogical practices foster creativity, autonomy, and full development.

KEYWORDS: Early Childhood Education; learning; child development; educational mediation; play-based learning.

INTRODUÇÃO

A aprendizagem na Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos, sociais e motores que sustentam suas futuras experiências escolares e de vida. Entre o nascimento e os seis anos, formam-se as bases do pensamento, linguagem, emoções e habilidades sociais. Por isso, a Educação Infantil deve ser reconhecida como espaço educativo, não apenas de acolhimento, onde se desenvolvem competências essenciais para a trajetória dos sujeitos em formação.

Compreender como a criança aprende, quais fatores influenciam esse processo e como o ambiente educativo pode estimular, cuidar e provocar o intelecto é essencial para práticas pedagógicas eficazes. A criança é um sujeito ativo, construtora do próprio conhecimento, que aprende por meio da interação, do brincar, da exploração e da vivência em ambientes que respeitam sua curiosidade e imaginação.

Essa discussão ganha importância diante das constantes transformações sociais, culturais e tecnológicas que impactam a escola. A Educação Infantil é uma fase sensível, marcada por descobertas, relações sociais ampliadas e construção da identidade. Repensar práticas educacionais é urgente para garantir experiências significativas, inclusivas e respeitosas ao ritmo e singularidades de cada criança.

Além disso, documentos internacionais e nacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) e o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), reconhecem essa fase como prioritária para políticas públicas e ações educativas. Refletir sobre os caminhos, desafios e possibilidades da aprendizagem infantil contribui para qualificar a atuação docente e fortalecer os direitos de todas as crianças, especialmente as em vulnerabilidade.

Este artigo analisa os principais aspectos da

aprendizagem na Educação Infantil, focando em caminhos, desafios e possibilidades. Destaca o papel do professor mediador, a importância das interações sociais, do brincar e da escuta no cotidiano escolar, além de discutir desafios como formação docente, organização do ambiente, avaliação, diversidade, inclusão e uso de tecnologias.

A metodologia é a revisão bibliográfica qualitativa, baseada em autores clássicos e contemporâneos, artigos científicos e documentos legais (LDB, DCNEI, BNCC), buscando identificar contribuições teóricas e práticas relevantes para uma análise crítica.

A estrutura do artigo inclui, além desta introdução, uma seção teórica sobre a Educação Infantil no Brasil e teorias do desenvolvimento; seguida por tópicos sobre o papel do professor, o brincar, os ambientes de aprendizagem e a avaliação; finalizando com os desafios atuais como inclusão, diversidade, relação com famílias, pandemia e tecnologia. As considerações finais reforçam a importância de práticas pedagógicas planejadas, sensíveis, fundamentadas e comprometidas com o desenvolvimento pleno e os direitos das crianças.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A Educação Infantil no Brasil tem uma trajetória marcada por avanços significativos nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito à sua consolidação como etapa essencial da educação básica. Historicamente, o atendimento à infância estava mais relacionado a ações assistencialistas do que educacionais, sendo realizado, muitas vezes, por instituições filantrópicas e religiosas com foco no cuidado, na higiene e na proteção das crianças, especialmente das classes populares. Essa concepção limitava a infância ao campo do amparo social, negligenciando seu direito à educação.

A mudança de paradigma começou a se consolidar com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a educação como um direito de todos e um dever do Estado. Esse direito foi aprofundado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96), que estabeleceu a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, voltada às crianças de zero a cinco anos de idade, e estruturada em dois segmentos: creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos).

A LDB garantiu que essa etapa tivesse propostas pedagógicas próprias, fundamentadas no desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em articulação com a família e a comunidade. Essa mudança trouxe consigo a exigência de profissionais com formação adequada e o reconhecimento do educador infantil como parte fundamental do processo formativo na primeira infância.

Outro marco importante foi a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), homologadas em 2009, que orientam as instituições quanto à organização dos tempos, espaços, interações e experiências educativas. Elas destacam dois eixos estruturantes do trabalho pedagógico: as interações e as brincadeiras, ambos considerados fundamentais para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil.

Em 2017, foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil, documento normativo que define os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiências pelos quais as crianças devem transitar. A BNCC afirma que a criança deve ter garantido o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, valorizando sua cultura, linguagem e identidade. Isso reafirma a criança como sujeito de direitos e protagonista do seu próprio processo de aprendizagem.

Esses avanços legais e políticos foram essenciais para fortalecer o entendimento de que a Educação Infantil é um espaço educativo legítimo, que vai além do cuidado e deve promover experiências significativas, respeitando o ritmo, os interesses e as potencialidades de cada criança. Conceito de Aprendizagem na Infância

A aprendizagem na infância é um fenômeno multidimensional que envolve o entrelaçamento de aspectos biológicos, emocionais, sociais e culturais. Durante a primeira infância, o ser humano desenvolve estruturas fundamentais de pensamento, linguagem, movimento, afetividade e identidade. Nesse contexto, compreender como se dá o proces-

so de aprendizagem das crianças é essencial para planejar práticas pedagógicas coerentes com sua natureza e suas necessidades.

A abordagem sobre aprendizagem infantil é profundamente influenciada pelas teorias do desenvolvimento, que ao longo do século XX e XXI trouxeram contribuições valiosas para o campo educacional:

Jean Piaget, com sua teoria do desenvolvimento cognitivo, destaca que a aprendizagem ocorre em estágios sequenciais, onde a criança constrói conhecimento ativamente, por meio da interação com o meio e da assimilação e acomodação de novas informações. Para ele, a inteligência se desenvolve a partir da ação, e a criança aprende explorando o mundo ao seu redor com base em esquemas mentais que vai reorganizando ao longo do tempo.

Lev Vygotsky, por sua vez, apresenta uma perspectiva sociocultural da aprendizagem, enfatizando que o conhecimento se constrói nas interações sociais. Seu conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) mostra que a criança pode alcançar níveis mais elevados de aprendizagem com o auxílio de um adulto ou de um par mais experiente, destacando a importância da mediação pedagógica.

Henri Wallon propõe uma teoria que integra razão e emoção no desenvolvimento infantil. Para ele, o desenvolvimento é um processo global, em que a afetividade desempenha papel central. Wallon valoriza os aspectos emocionais, corporais e sociais da criança, apontando que o aprendizado não ocorre de forma fragmentada, mas sim integrada e influenciada pelas relações estabelecidas com o outro.

Além dessas teorias, é importante considerar o papel da maturação biológica, que define determinadas janelas de desenvolvimento, e das experiências sociais e culturais que as crianças vivenciam. A aprendizagem, portanto, não é algo imposto de fora para dentro, mas sim construído ativamente pela criança em contextos significativos, onde ela se sente segura, aceita e estimulada.

Nesse sentido, a participação ativa da criança, o respeito ao seu tempo de desenvolvimento e a valorização de suas múltiplas linguagens (oral, corporal, artística, simbólica etc.) são elementos fundamentais para que o processo de aprendizagem seja efetivo. O educador precisa reconhecer a criança como sujeito de direitos, com capacidade de pensar, agir, sentir e transformar o ambiente em que vive. A Educação Infantil, nesse viés, deve ser pensada como um espaço de investigação, descoberta, criação e expressão, onde a aprendizagem ocorre de forma integrada com o brincar, a convivência e a escuta. Assim, ao invés de uma antecipação da escolarização formal, a aprendizagem na infância deve ser vista como um processo global, que respeita a complexidade do desenvolvimento humano desde os primeiros anos de vida. O Papel do Professor Mediador Na Educação Infantil, o professor não deve ser visto como um simples transmissor de conteúdos, mas como mediador do conhecimento e facilitador das experiências de aprendizagem. Essa mediação exige sensibilidade, escuta ativa, intencionalidade pedagógica e compreensão profunda do desenvolvimento infantil. O papel do educador é provocar, instigar, acolher e orientar a construção do conhecimento, respeitando a maneira singular com que cada criança aprende, sente, interage e se expressa.

O conceito de mediação está fortemente ligado à teoria sociocultural de Lev Vygotsky, que afirma que o aprendizado ocorre nas interações sociais e é potencializado quando mediado por um adulto ou par mais experiente. A partir da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), o professor é aquele que ajuda a criança a ir além do que conseguiria realizar sozinha, promovendo desafios que estão ao seu alcance com o devido apoio. Dessa forma, o professor deixa de ser apenas um detentor de saberes para tornar-se um parceiro no processo de aprendizagem. Planejamento Pedagógico Intencional

O trabalho do professor mediador começa com o planejamento pedagógico, que deve ser intencional, flexível e sensível às necessidades e interesses do grupo de crianças. Planejar, na Educação Infantil, não significa impor atividades prontas, mas sim organizar o tempo, o espaço, os materiais e as experiências de forma a promover descobertas, explorações e aprendizagens significativas. Esse planejamento precisa considerar a di-

versidade cultural, os direitos de aprendizagem estabelecidos na BNCC e as múltiplas linguagens infantis: oral, corporal, plástica, musical, simbólica, entre outras. A intencionalidade pedagógica não exclui a espontaneidade das crianças, mas se alia a ela, ampliando as possibilidades de construção de conhecimento. É nesse equilíbrio entre o que é proposto pelo educador e o que emerge das crianças que se constroem experiências potentes e significativas. A Observação e a Escuta Sensível

Para mediar com qualidade, é fundamental que o professor desenvolva a prática da observação atenta e da escuta sensível. Observar, na Educação Infantil, é muito mais do que supervisionar comportamentos; trata-se de compreender os processos de desenvolvimento, identificar interesses, necessidades, formas de expressão e modos de aprender de cada criança. A escuta, por sua vez, deve ser ativa e respeitosa, permitindo que as crianças se sintam reconhecidas em suas falas, gestos e manifestações.

Essas práticas tornam possível a avaliação formativa, descritiva e contínua, orientada não por objetivos classificatórios, mas pelo acompanhamento do progresso individual e coletivo das crianças. Instrumentos como registros pedagógicos, portfólios, fotografias, relatos e rodas de conversa tornam-se essenciais para documentar e refletir sobre as aprendizagens, permitindo ao educador replanejar suas ações com base nas observações realizadas. Formação Docente: um Desafio Permanente Um dos maiores desafios enfrentados pelas instituições de Educação Infantil está na formação e valorização dos profissionais que atuam com crianças pequenas. Ainda existem muitos professores e cuidadores sem formação específica para a primeira infância, o que compromete a qualidade das interações e experiências oferecidas.

A formação inicial precisa contemplar os conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento infantil, os direitos das crianças, as teorias da aprendizagem, o brincar, a ludicidade, a organização dos tempos e espaços e as metodologias próprias da Educação Infantil. Paralelamente, a formação continuada deve ser garantida como direito e como necessidade permanente, permitindo que os profissionais se atualizem, reflitam sobre a prática e dialoguem com os desafios contemporâneos, como a inclusão, a diversidade cultural e o uso crítico das tecnologias.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), o educador é corresponsável por criar contextos que favoreçam as aprendizagens significativas e o desenvolvimento integral das crianças. Isso exige comprometimento ético, competência técnica, sensibilidade pedagógica e, sobretudo, a convicção de que a infância é uma fase rica, potente e digna de um olhar cuidadoso e transformador.

Assim, o professor mediador se posiciona como peça-chave na construção de uma Educação Infantil de qualidade, capaz de garantir os direitos de aprendizagem e de promover uma infância plena, ativa e feliz. Brincar como Estratégia de Aprendizagem O brincar é uma das experiências mais significativas da infância e constitui, ao mesmo tempo, uma forma de expressão, uma linguagem simbólica e uma estratégia de aprendizagem indispensável no contexto da Educação Infantil. Longe de ser apenas um momento de “recreação” ou passatempo, o brincar deve ser compreendido como uma atividade estruturante do desenvolvimento humano, sendo reconhecido por diversos estudos pedagógicos e psicológicos como parte fundamental do processo de construção do conhecimento.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) são enfáticas ao afirmar que o brincar, juntamente com as interações, deve ser considerado um dos eixos centrais da prática pedagógica nessa etapa. Segundo esses documentos, é por meio do brincar que as crianças exercitam suas habilidades cognitivas, motoras, afetivas e sociais, desenvolvendo a imaginação, a criatividade, a linguagem, a capacidade de resolver problemas, de cooperar e de lidar com diferentes sentimentos. A Ludicidade como Linguagem da Infância A ludicidade representa a forma própria da criança perceber o mundo, interpretá-lo e interagir com ele. Ao brincar, a criança não apenas se diverte, mas também elabora experiên-

cias, expressa emoções, simula papéis sociais e constrói representações simbólicas da realidade. O faz-de-conta, por exemplo, permite à criança experimentar diferentes papéis, compreender regras sociais, desenvolver empatia e exercitar sua imaginação. Os jogos de regras, por sua vez, favorecem a internalização de normas, o autocontrole, o pensamento lógico e a convivência com o outro.

Henri Wallon, Jean Piaget e Lev Vygotsky atribuíram ao brincar funções formativas essenciais. Wallon reconhece o jogo como expressão da afetividade e da motricidade; Piaget considera o brincar como manifestação do pensamento simbólico e da assimilação da realidade; Vygotsky destaca que o faz-de-conta amplia a capacidade de imaginação da criança e contribui para o desenvolvimento da linguagem e das funções psicológicas superiores. Em especial, Vygotsky afirma que o brincar possibilita o deslocamento da criança do que ela é capaz de fazer sozinha para aquilo que pode realizar com ajuda — ou seja, dentro de sua Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

TIPOS DE BRINCADEIRAS E SUAS FUNÇÕES NO DESENVOLVIMENTO

No cotidiano da Educação Infantil, é essencial garantir a presença de diferentes tipos de brincadeiras, cada uma contribuindo com aspectos diversos do desenvolvimento:

Brincadeiras simbólicas e de faz-de-conta: estimulam a imaginação, a linguagem, a elaboração de vivências e o entendimento das relações sociais.

Brincadeiras de construção: promovem o raciocínio lógico, a coordenação motora fina e o pensamento espacial.

Brincadeiras motoras: contribuem para o desenvolvimento corporal, equilíbrio, ritmo e noção de espaço.

Jogos de regras: favorecem a noção de justiça, o respeito às normas coletivas e o autocontrole.

Brincadeiras tradicionais e culturais: fortalecem os laços com a cultura local, promovem o senso de pertencimento e a valorização da diversidade.

Cada uma dessas formas de brincar contribui para o desenvolvimento integral da criança, de forma prazerosa, significativa e contextualizada. Quando bem planejadas e respeitando os interesses e necessidades do grupo, as atividades lúdicas deixam de ser complementares e passam a ocupar o centro do trabalho pedagógico. O Papel do Educador no Brincar Embora o brincar seja natural à infância, sua potencialização como estratégia de aprendizagem exige intencionalidade pedagógica. Cabe ao educador planejar e organizar espaços e tempos que favoreçam a ludicidade, oferecendo materiais diversos, criando ambientes desafiadores e observando atentamente as interações e descobertas das crianças.

É importante que o educador compreenda que sua presença no brincar pode assumir diferentes formas: ora como participante ativo, integrando-se às atividades e enriquecendo as interações; ora como observador atento, identificando interesses, avanços e dificuldades do grupo. Em ambos os casos, o professor atua como mediador entre a criança e o conhecimento, incentivando a investigação, o diálogo, a expressão e o respeito mútuo.

Além disso, o professor deve estar atento para que o brincar não seja instrumentalizado de forma excessiva, perdendo sua espontaneidade e criatividade. O desafio está em encontrar o equilíbrio entre o brincar livre e o brincar orientado, respeitando a autonomia infantil, sem deixar de lado os objetivos pedagógicos que norteiam a prática educativa.

Portanto, o brincar, na Educação Infantil, é uma atividade de altíssimo valor educativo, que exige do educador sensibilidade, conhecimento e planejamento. Reconhecer o brincar como linguagem e como estratégia fundamental de aprendizagem é garantir que a escola da infância esteja a serviço do desenvolvimento integral da criança e do respeito ao seu tempo, à sua cultura e à sua subjetividade. Ambientes que Ensinam Na Educação Infantil, o espaço físico não é apenas um cenário onde ocorrem as atividades pedagógicas: ele é um elemento ativo e essencial no processo de aprendizagem. Ambientes bem organizados, pensados a partir da lógica das crianças, tornam-se verdadeiros educadores silenciosos, promovendo o brincar, a curiosi-

dade, a autonomia e o protagonismo infantil. Assim, o espaço educativo deixa de ser neutro ou meramente funcional para tornar-se um ambiente que ensina, comunica e transforma.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), os espaços das instituições de Educação Infantil devem ser organizados de forma a garantir experiências variadas e significativas. Isso inclui oferecer materiais acessíveis, tempo de qualidade para as interações, diversidade de ambientes internos e externos, além de respeitar as características e o ritmo de cada criança. Ambientes ricos e desafiadores favorecem a aprendizagem por meio da exploração ativa do mundo, da interação com os pares e com os objetos.

Espaços que Inspiram Investigação e Descobertas Ambientes bem planejados são aqueles que instigam a curiosidade, incentivam a pesquisa, convidam à experimentação e respeitam os diferentes modos de ser e estar da criança. Nessa perspectiva, os espaços não são estáticos, mas flexíveis, mutáveis e participativos, podendo ser reorganizados a partir das observações feitas pelos educadores e da escuta das próprias crianças.

A presença de cantinhos temáticos — como da leitura, da natureza, da cozinha, das construções ou da arte —, ateliês de criação, jardins sensoriais, caixas de experimentação, áreas externas com areia, água, terra ou plantas, são exemplos de configurações que ampliam as possibilidades de aprendizagem. Esses espaços permitem que a criança explore o mundo com todos os sentidos, desenvolvendo habilidades cognitivas, motoras, afetivas e sociais.

Loris Malaguzzi, idealizador da abordagem Reggio Emilia, já afirmava que o ambiente é o "terceiro educador", ao lado do adulto e das outras crianças. Para ele, o espaço escolar deve ser bonito, acolhedor e intencionalmente projetado para favorecer a expressão, a escuta, a troca e a investigação. Ambientes esteticamente agradáveis e funcionalmente pensados reforçam a ideia de que a criança merece e precisa estar em um lugar que a respeita e a inspira. A Organização que Promove Autonomia e Relações

A disposição dos móveis, a altura das prateleiras, o tipo de materiais disponíveis e a liberdade de circulação são elementos que comunicam intenções pedagógicas e influenciam diretamente o comportamento e as atitudes das crianças. Um ambiente rígido, fechado, barulhento e supercontrolado tende a limitar a criatividade e a participação. Por outro lado, um espaço organizado com intencionalidade e acessibilidade permite que as crianças façam escolhas, tomem decisões, colaborem entre si e desenvolvam autonomia desde cedo.

Por exemplo, materiais organizados ao alcance das crianças, com identificação visual (etiquetas com imagens ou palavras), possibilitam que elas se apropriem do espaço e atuem com mais independência. Essa autonomia fortalece o senso de pertencimento e incentiva a responsabilidade coletiva na organização e no cuidado com os ambientes.

Além disso, os espaços externos — muitas vezes subvalorizados nas escolas — são fundamentais para o desenvolvimento infantil. Locais abertos, com contato com a natureza, oferecem oportunidades para o movimento livre, a convivência, a investigação e a observação do mundo natural. Em tempos de excesso de estímulos digitais, o contato direto com a terra, a água, as plantas e os animais permite experiências sensoriais autênticas e promove o bem-estar físico e emocional. Espaço como Acolhimento e Inclusão O ambiente também deve ser acolhedor, afetivo e culturalmente sensível, refletindo e respeitando a diversidade presente no grupo. É importante que o espaço escolar reconheça e valorize as diferentes identidades, culturas e histórias de vida das crianças e suas famílias. Isso pode se dar por meio de murais colaborativos, objetos que representem diferentes culturas, cantinhos da família, rodas de conversa sobre origens e tradições, entre outros recursos.

Portanto, ambientes que ensinam são aqueles que não apenas abrigam a infância, mas a celebram, que não apenas organizam atividades, mas promovem experiências transformadoras. Cabe ao educador, em diálogo com as crianças e com sua equipe, pensar continuamente sobre o espaço como parte integrante do currículo e como ferramenta pedagógica viva, dinâmica e significativa. A

Avaliação na Educação Infantil

A avaliação na Educação Infantil difere substancialmente das práticas avaliativas utilizadas em outras etapas da educação básica. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), essa etapa da educação não deve estar vinculada à promoção ou retenção, tampouco ao uso de notas, provas padronizadas ou conceitos classificatórios. Avaliar, nesse contexto, significa acompanhar o desenvolvimento integral da criança — em seus aspectos cognitivos, afetivos, sociais, motores e linguísticos — respeitando seu ritmo, seu tempo e suas formas de expressão.

A avaliação deve ser contínua, diagnóstica, processual e formativa, tendo como foco a observação atenta e sistemática das crianças em diferentes situações do cotidiano escolar. O educador, por meio da escuta sensível e do olhar investigativo, identifica avanços, interesses, dificuldades e possibilidades, utilizando esses dados para replanejar suas práticas pedagógicas de forma mais coerente com as necessidades do grupo e de cada criança. Entre os instrumentos mais eficazes para esse acompanhamento estão: Portfólios: coletâneas organizadas de produções das crianças (desenhos, escritas espontâneas, fotografias, registros de projetos, etc.) que permitem visualizar sua evolução ao longo do tempo.

Registros reflexivos: anotações feitas pelos professores com base na observação cotidiana, com interpretações sobre as ações, falas, brincadeiras e interações das crianças. Relatórios descritivos: sínteses narrativas sobre o processo de aprendizagem, que evitam julgamentos e classificações, dando ênfase ao percurso individual de cada criança.

Fotografias e vídeos: recursos visuais que complementam os registros escritos, permitindo à equipe pedagógica e às famílias visualizarem momentos significativos das experiências escolares.

A avaliação deve ser compartilhada com as famílias de maneira clara e respeitosa, contribuindo para o fortalecimento da parceria escola-família e ampliando a compreensão dos adultos sobre os processos de desenvolvimento infantil. Mais do que informar resultados, a avaliação na Educação Infantil deve ter um caráter reflexivo, investigativo e inclusivo, promovendo a melhoria contínua das práticas pedagógicas e respeitando a singularidade de cada criança. Desafios Atuais na Educação Infantil O cenário contemporâneo impõe desafios complexos à Educação Infantil, exigindo das instituições educativas uma postura crítica, ética, acolhedora e inovadora. A seguir, destacam-se os principais desafios enfrentados atualmente, com ênfase nas implicações pedagógicas e sociais: Inclusão e Atendimento à Diversidade A inclusão de crianças com deficiência e necessidades educacionais específicas representa um compromisso legal, ético e pedagógico das instituições. No entanto, ainda há grandes obstáculos a serem superados, como a falta de formação adequada dos profissionais, ausência de recursos pedagógicos acessíveis, infraestrutura inadequada e preconceitos arraigados. A verdadeira inclusão exige práticas pedagógicas diferenciadas e sensíveis à singularidade de cada criança, promovendo sua participação plena nas atividades e garantindo o direito ao brincar, ao aprender e ao conviver. É necessário romper com modelos padronizados de ensino e construir ambientes que respeitem diferentes tempos, formas de comunicação, estilos de aprendizagem e necessidades de apoio.

Além da inclusão de crianças com deficiência, a Educação Infantil deve acolher a diversidade étnico-racial, de gênero, religiosa, linguística e sociocultural, assumindo uma postura antirracista, não discriminatória e promotora da equidade. Valorizar a identidade das crianças, suas famílias e suas histórias contribui para a construção de uma escola mais democrática, justa e afetiva. Família, Comunidade e os Impactos da Pandemia O fortalecimento do vínculo entre escola e família tornou-se ainda mais evidente com os efeitos da pandemia de COVID-19. Durante o período de isolamento social, muitas crianças tiveram seu processo de socialização interrompido, com impactos significativos no desenvolvimento da linguagem, da autonomia e das habilidades sociais. Após a pandemia, as escolas precisaram se reorganizar para acolher as crianças de forma

ainda mais sensível e atenta, priorizando o acolhimento emocional, o resgate das interações e o respeito ao tempo de cada uma. A escuta ativa das famílias, o diálogo constante e o reconhecimento de seus saberes e vivências tornam-se estratégias fundamentais para a construção de uma comunidade educativa participativa. Tecnologias e Primeira Infância O uso de tecnologias digitais com crianças pequenas tem gerado intensos debates no campo educacional. De um lado, reconhece-se que os recursos tecnológicos — como tablets, vídeos educativos, jogos interativos e plataformas digitais — podem ampliar experiências de aprendizagem, estimular a linguagem, desenvolver o raciocínio lógico e promover o contato com múltiplas linguagens. Por outro lado, especialistas alertam para os riscos do uso excessivo e descontextualizado das tecnologias, que podem comprometer o desenvolvimento motor, afetivo e social da criança, além de substituir experiências sensoriais, corporais e relacionais fundamentais na infância. O grande desafio é encontrar um equilíbrio entre os recursos digitais e as vivências concretas, valorizando o brincar livre, a natureza, o corpo e os vínculos humanos como bases estruturantes do desenvolvimento infantil. Portanto, os desafios enfrentados pela Educação Infantil na contemporaneidade exigem dos educadores um olhar atento, crítico e comprometido com os direitos das crianças. Superar esses obstáculos requer investimento em formação docente, diálogo entre os diferentes atores da comunidade escolar e a construção de práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e humanizadas.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo analisar os principais aspectos da aprendizagem na Educação Infantil, considerando os caminhos, desafios e possibilidades dessa etapa fundamental do desenvolvimento humano. A partir da revisão bibliográfica, refletiu-se sobre o papel da escola, do professor, dos ambientes e das interações na construção de uma aprendizagem significativa e respeitosa às singularidades das crianças.

Evidenciou-se que a aprendizagem está diretamente ligada à qualidade das experiências oferecidas, sendo o brincar, o conviver, o explorar e o participar elementos centrais do processo. As contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon mostram que o desenvolvimento infantil é complexo, atravessando dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais, que devem ser consideradas no planejamento pedagógico.

Destacou-se a importância do professor como mediador, cuja prática deve ser intencional, sensível e reflexiva, pautada na escuta ativa, observação constante e estratégias que valorizem o protagonismo infantil. A formação inicial e continuada dos educadores é fundamental para garantir a qualidade do atendimento e efetivar os direitos das crianças à aprendizagem e ao desenvolvimento.

A avaliação deve ser compreendida como um acompanhamento contínuo do percurso da criança, não classificatório, utilizando registros, portfólios e relatos para documentar conquistas e orientar o planejamento, além de favorecer o diálogo com as famílias.

Por fim, discutiram-se desafios atuais, como inclusão, diversidade, uso adequado de tecnologias e impactos da pandemia, que exigem dos educadores uma postura crítica, atualizada e comprometida com uma educação infantil democrática e humanizadora.

Para aprofundamentos futuros, sugere-se a realização de pesquisas empíricas sobre as práticas pedagógicas em contexto escolar, além de estudos voltados à formação docente e ao trabalho colaborativo entre professores, gestores e famílias, visando aprimorar as políticas e práticas educativas na primeira infância.

Reafirma-se que promover uma aprendizagem significativa na Educação Infantil requer ações planejadas, fundamentadas e sensíveis, que reconheçam a criança como sujeito de direitos e potencialidades, garantindo um ambiente acolhedor, desafiador e inspirador desde os primeiros anos de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Infantil. Brasília: MEC, 1997.

HORN, Maria das Graças. A criança e o professor de Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MORAES, Maria Cândida; SOARES, Magda; OLIVEIRA, Ilma Passos Alencastro de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Moderna, 2011.

PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança. Rio de Janeiro: LTC, 1996.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. A emoção e a inteligência. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Maria Teresa Eglér Mantoan. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

MONTESSORI, Maria. A mente absorbente da criança. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 11. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2011.

LIMA, Adair Vieira de; OLIVEIRA, Ilma Passos Alencastro de. Educação Infantil: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2010.